

Sumário

Breve apresentação dos autores	5
Apresentação.....	17

ATIVIDADE FUNERÁRIA, DIREITO AO LUTO, EXUMAÇÕES, VIOLAÇÃO DE SEPULTURA E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	19
---	----

Diogo Alves Verri Garcia de Souza

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	19
1. A MORTE COMO OBJETO DE TRATATIVA CONSTITUCIONAL DIRETA E INDIRETA.....	20
2. DIREITO AO LUTO E ATIVIDADE FUNERÁRIA.....	27
3. EXUMAÇÕES, INUMAÇÕES E NECROPSIA	35
4. DA VIOLAÇÃO À SEPULTURA E DOS OUTROS CRIMES DE AGRAVO AOS MORTOS E AO LUTO.....	39
5. O VIÉS DE UM DIREITO FUNDAMENTAL.....	44
5.1 De Antígona (uma história da dignidade ao morrer) a Sísifo (a indignidade para permanecer vivo).....	45
5.2 O campo de expressão do Direito à Morte e ao Funeral.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS.....	52

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE FUNERÁRIA SOB A ÓTICA DO CONCEITO DE SERVIÇO PÚBLICO E AS SUAS IMPLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	55
---	----

Vinicius dos Santos Silva

Introdução	55
1. O conceito de serviço público: as principais correntes doutrinárias pátrias	56
2. Reflexões sobre distinções teóricas decorrentes da categorização ou não de uma atividade como serviço público.....	58
3. Consequências práticas da categorização da atividade funerária como serviço público para a organização municipal.....	61
3.1. Distinções com implicações relevantes à organização municipal	62
3.2. Distintos, mas nem tanto.....	64

Conclusão.....	66
Referências.....	68
A CONCESSÃO DO SERVIÇO FUNERÁRIO	69
Carolina de Moraes Azeredo Nunes	
<i>Jader Esteves da Silva</i>	
Introdução	69
1. Conceituação inicial.....	71
1.1 Repartição de competência entre os Entes Federados	71
1.2 Serviço público	73
1.3 Delegabilidade do serviço público.....	74
2. Concessão de serviço público	75
3. Concessão de serviço funerário	76
3.1 Conceito de serviço funerário: contextualização histórica	76
3.2 Serviço Funerário.....	77
3.3 A licitação como forma de formalizar o acordo	79
Conclusões.....	80
Referências.....	80
REGIME JURÍDICO DE CONCESSÃO DE USO DE JAZIGOS E GAVETAS PERPÉTUAS E A NATUREZA JURÍDICA DO USO DA SEPULTURA ..	83
<i>Gustavo de Almeida Muniz Coutinho</i>	
INTRODUÇÃO	83
1. CONCEITOS BASES DA SEPULCROLOGIA	84
2. A NATUREZA JURÍDICA DO USO DA SEPULTURA	90
2.1 Teorias Civilistas Sobre Jazigos e Gavetas.....	94
2.2 Teorias Publicistas sobre Sepulturas.....	98
3. O REGIME JURÍDICO DE CONCESSÃO DO USO DE JAZIGOS E GAVETAS PERPÉTUAS	103
CONCLUSÕES	112
REFERÊNCIAS.....	112

O MOMENTO DA REALIZAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL EM CONCESSÕES COMUNS DE SERVIÇOS PÚBLICOS CEMITERIAIS E FUNERÁRIOS: 117

André Saddy

INTRODUÇÃO	118
1. CONSTITUIÇÃO, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E EXIGIBILIDADE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL.....	119
2. SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA, AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL.....	121
3. MARGEM DE LIVRE APRECIÇÃO NOS CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS, LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE CEMITÉRIOS E ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL	123
4. POLÍTICA URBANA, PATRIMÔNIO NATURAL E ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL	126
5. MOMENTO DA REALIZAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL: ANTES OU DEPOIS DA LICITAÇÃO	127
5.1 Ausência de previsão genérica que condicione a necessidade de licença prévia ou expedição das diretrizes para o licenciamento nas concessões comuns	129
5.2 Obrigatoriedade de projeto básico para obras e serviços de engenharia e a necessidade de realização do estudo de impacto ambiental.....	131
5.3 Princípio da economicidade, risco de repactuação e equilíbrio econômico-financeiro dos contratos	135
5.4 Princípio da legalidade e a ausência de discricionariedade	136
5.5 Princípio da segurança jurídica, princípio da vinculação ao edital, princípio da imutabilidade das propostas, princípio da competitividade e os riscos envolvendo a realização dos estudos de impacto ambiental depois da publicação do edital	137
5.6 Democracia participativa e o direito de acesso à informação.....	138
CONCLUSÕES	139
REFERÊNCIAS.....	142

O USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO FUNERÁRIO: CONFIGURAÇÃO E DIREITO À GRATUIDADE

Daniela Marinho Morganti

INTRODUÇÃO	145
------------------	-----

1. Conceito de Usuário e Regime Jurídico.....	146
2. Direito à Gratuidade e Transparência da Administração Pública.....	148
3. Legislação Pertinente e proteção ao direito à gratuidade.....	151
CONCLUSÃO	155
REFERÊNCIA	156

REGULAÇÃO FUNERÁRIA E PRESTAÇÃO DE ATIVIDADES DE VELÓRIOS E DE TANATOPRAXIA..... 159

João Victor Tavares Galil

Introdução	159
1. Notas breves de regulação no serviço funerário	162
2. Atividades potencialmente econômicas no serviço funerário.....	165
3. Velórios.....	169
3. Tanatopraxia	173
Conclusão.....	176
Referências.....	177

O SERVIÇO PÚBLICO FUNERÁRIO E OS EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID 19..... 179

Silvia Leticia Ferreira Mazzuca

Antonio Carlos Alves Pinto Serrano

Introdução	179
1. Serviço Público Funerário.....	180
2. O Serviço Privado Funerário	182
3. A Expansão Emergencial devido a pandemia de Covid 19	188
4. O princípio constitucional da livre concorrência e sua aplicabilidade no setor funerário	189
Conclusão.....	194
Referências.....	195

O DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR NO SERVIÇO FUNERÁRIO: A responsabilidade de servidores, delegatários e terceirizados 197 |

Pedro Luiz Ferreira de Almeida

Introdução	197
1. Serviço Funerário: natureza jurídica e competência.....	198

2. O Direito Administrativo Sancionador	203
3. O Direito Administrativo Sancionador e o Serviço Funerário.....	207
Conclusões	212
Referências.....	213

SERVIÇO PÚBLICO FUNERÁRIO CURITIBANO: O SISTEMA DE ESCOLHA ALEATÓRIA E O SUPOSTO DESCUMPRIMENTO DE PRECEITOS FUNDAMENTAIS..... 217

Isabella Macedo Torres

Fábio Farias de Mattos Lima

Introdução	217
1.1. O atual panorama quanto ao regime de prestação de serviço público funerário em Curitiba: o advento da Lei 10.595/02 e do Decreto Municipal 699/2009	219
2. Espécies de serviços previstos na legislação curitibana	223
2.1. A inconstitucionalidade da Lei 15.620/2020	226
3. A questão referente ao agenciamento funerário.....	229
4. A ADPF 788 e o sistema de escolha aleatória de funerárias	233
4.1. Breves apontamentos acerca do controle de constitucionalidade: o descumprimento de preceitos fundamentais	234
4.2. A tentativa de uniformização da jurisprudência sobre a temática	236
4.3. Os preceitos fundamentais descumpridos conforme a ADPF 788.....	238
4.3.1. A contrariedade ao direito fundamental à livre iniciativa e à liberdade econômica	238
4.3.2. Ausência de escolha por parte do consumidor.....	243
4.3.3. O direito fundamental à liberdade religiosa.....	244
Conclusões	247
Referências.....	249

ASPECTOS JURÍDICOS DA PARCERIA CONTRATUAL ENTRE OS MUNICÍPIOS E AS STARTUPS PARA O AUMENTO DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS FUNERÁRIOS..... 255

Horácio Augusto Mendes de Sousa

Introdução	255
1. As transformações dos Municípios no rumo do desenvolvimento socioeconômico e tecnológico sustentável	256

2. O Direito Público das Startups como mecanismo de desenvolvimento socioeconômico e tecnológico sustentável dos Municípios: a parceria contratual entre os Município e as Startups como instrumento para o aumento da eficiência na prestação dos serviços públicos funerários.....	262
Considerações finais	272
Referências.....	275

O PÓS-ÓBITO PARA O HIPOSSUFICIENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.....	279
--	-----

Alessandra Nascimento Rocha Glória

INTRODUÇÃO	279
1. A ESTRUTURA CEMITERIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	285
2. O PÓS-ÓBITO PARA OS HIPOSSUFICIENTES	286
2.1 A FALTA DE SERVIÇO PRÓPRIO PARA A EMISSÃO DA DECLARAÇÃO DE ÓBITO COMO DIFICULTADOR PARA O SEPULTAMENTO.....	286
2.2 O OBSTÁCULO DO SUBREGISTRO	290
3. A REMOÇÃO E A COMPLETA DEFICIÊNCIA DA POLÍTICA PÚBLICA	291
4. GRATUIDADE PARA SERVIÇOS CEMITERIAIS E FUNERÁRIOS	295
CONSIDERAÇÕES FINAIS	297
REFERÊNCIAS.....	299